

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.164 - RJ (2019/0038149-3)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE  
ADVOGADOS : LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439  
VANESSA FERREIRA RODRIGUES - RJ179571  
KELLY CANHESTRO OLIVEIRA - RJ185075  
RECORRIDO : JULIETA DA SILVA ALVES  
ADVOGADO : SÔNIA MARIA DE JESUS RIBEIRO MARTINS - RJ076502

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SANEAMENTO BÁSICO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1022 DO CPC/2015. TARIFA DE ESGOTO. INEXISTÊNCIA DE TRATAMENTO. PRESTAÇÃO PARCIAL DAS ETAPAS DO SERVIÇO. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. ENTENDIMENTO FIRMADO NO RESP 1.339.313/RJ, REL. MIN. BENEDITO GONÇALVES, DJE 21.10.2013 (TEMA 565). RESSALVA DO PONTO DE VISTA DO RELATOR. RECURSO ESPECIAL DA CONCESSIONÁRIA A QUE SE DÁ PROVIMENTO, A FIM DE JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE, com fundamento na alínea *a* art. 105, III, da CF/1988, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo egrégio TJ/RJ, assim ementado:

*APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. COBRANÇA DE TARIFA INTEGRAL PELA CEDAE. O serviço de esgotamento sanitário compreende as etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final, por força de lei, não podendo o decreto regulamentador da lei disciplinar diversamente para, direta ou indiretamente, autorizar a remuneração do serviço na integralidade, se a prestação é restrita à coleta e transporte, logo, incompleta e defeituosa aos olhos da lei. Inclusão temática da interpretação conforme a constituição da prevalência da lei sobre o decreto que a regulamenta. Consumidor usuário que detém pretensão de natureza complexa, porque a um só tempo titular de direitos em sua condição uti singuli, como também uti universi, e nesta última qualidade podendo exigir, como destinatário comum, a proteção do meio ambiente em que vive, em face da falha do serviço pela incompletude de sua realização e execução das relevantes tarefas de tratamento e destinação dos dejetos e efluentes sanitários. Possibilidade de exigência de redução do preço público do serviço na proporção em que este é praticado, como fator de equilíbrio interno da relação de consumo, e como estímulo a sua melhoria em*

*favor de todos, na tutela do meio ambiente por esta singular forma de controle individual do aperfeiçoamento da atividade de esgotamento sanitário. Redução da tarifa a 50% (cinquenta por cento) do preço cobrado, devendo o excedente ser devolvido de maneira simples, uma vez presente a ressalva do art. 42, parágrafo único, do CDC quanto ao engano justificável por força do entendimento jurisprudencial não pacificado sobre a matéria, e pelo período prescricional de até 10 anos (art. 205 do CC), conforme entendimento já sufragado pelo STJ (REsp 1128054/RJ, Min. Eliana Calmon). Dano moral não configurado. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO DA RÉ E DESPROVIMENTO DO RECURSO DA AUTORA.*

2. Opostos Embargos de Declaração, estes foram rejeitados (fls. 664/672).

3. Nas razões de seu Recurso Especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 1022, do CPC/2015; 206, § 3o., IV e V do CC/2002; 485, VI, do CPC/2015, 3o. da Lei 11.445/2007 e 9o do Dec. 7.217/2010. Aduz para tanto, em síntese, que: (a) o acórdão recorrido teria permanecido omissos, a despeito da oposição dos Aclaratórios; (b) incidiria ao caso a prescrição trienal; (c) ilegitimidade passiva e (d) nos termos da decisão deste STJ no REsp. 1.339.313/RJ, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 21.10.2013, a prestação de apenas uma das etapas do serviço de esgotamento sanitário autorizaria a cobrança da tarifa integral.

4. Sem as contrarrazões, os autos foram encaminhados à Câmara prolatora do acórdão recorrido, para *exercício do juízo de retratação à luz do Tema 565 do STJ* (fls. 719-722). O Colegiado, entretanto, manteve seu posicionamento anterior (fls. 738/753), ao que se seguiu a admissão (fls. 824/826) do Apelo Nobre.

5. É o relatório.

6. Inicialmente, nos termos do que decidido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

7. No mais, inexistente a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, conforme se depreende da análise do acórdão recorrido. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

8. Quanto ao mérito, sobre a questão do esgotamento sanitário, já tive a oportunidade de me posicionar contra a cobrança de tarifa cheia quando a concessionária apenas presta parte do serviço, uma vez que, nos termos do art. 3o., I, *b* da Lei 11.445/2007, o serviço de esgotamento sanitário é *constituído pelas atividades de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequada dos dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente*. Dessa forma, entendo cabível a cobrança parcial - apenas das etapas efetivamente concluídas -, não devendo, portanto, ser o usuário compelido a pagar por um serviço que não lhe foi prestado e nem posto à disposição. No entanto, meu entendimento restou vencido, cabendo apenas a este Relator ressaltar o seu ponto de vista.

9. Assim, considerando a função constitucional desta Corte de uniformização da jurisprudência pátria, ressalvo o meu ponto de vista, para acompanhar o entendimento firmado por este Tribunal no REsp. 1.339.313/RJ, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 pela Primeira Seção, de relatoria do Ministro BENEDITO GONÇALVES, de que é cabível a cobrança pelo serviço de esgotamento sanitário, ainda quando a concessionária não realize a etapa de tratamento antes do lançamento final no meio ambiente. Confira-se:

*ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO. SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DOS DEJETOS. INEXISTÊNCIA DE REDE DE TRATAMENTO. TARIFA. LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.*

1. *Não há violação do artigo 535 do CPC quando a Corte de origem emprega fundamentação adequada e suficiente para dirimir a controvérsia.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

2. *À luz do disposto no art. 3o. da Lei 11.445/2007 e no art. 9o. do Decreto regulamentador 7.217/2010, justifica-se a cobrança da tarifa de esgoto quando a concessionária realiza a coleta, transporte e escoamento dos dejetos, ainda que não promova o respectivo tratamento sanitário antes do deságue.*
3. *Tal cobrança não é afastada pelo fato de serem utilizadas as galerias de águas pluviais para a prestação do serviço, uma vez que a concessionária não só realiza a manutenção e desobstrução das ligações de esgoto que são conectadas no sistema público de esgotamento, como também trata o lodo nele gerado.*
4. *O tratamento final de efluentes é uma etapa posterior e complementar, de natureza sócio-ambiental, travada entre a concessionária e o Poder Público.*
5. *A legislação que rege a matéria dá suporte para a cobrança da tarifa de esgoto mesmo ausente o tratamento final dos dejetos, principalmente porque não estabelece que o serviço público de esgotamento sanitário somente existirá quando todas as etapas forem efetivadas, tampouco proíbe a cobrança da tarifa pela prestação de uma só ou de algumas dessas atividades. Precedentes: REsp. 1.330.195/RJ, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Segunda Turma, DJe 4.2.2013; REsp. 1.313.680/RJ, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, Primeira Turma, DJe 29.6.2012; e REsp. 431.121/SP, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, Primeira Turma, DJ 7.10.2002.*
6. *Diante do reconhecimento da legalidade da cobrança, não há o que se falar em devolução de valores pagos indevidamente, restando, portanto, prejudicada a questão atinente ao prazo prescricional aplicável as ações de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto.*
7. *Recurso especial provido, para reconhecer a legalidade da cobrança da tarifa de esgotamento sanitário. Processo submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ (REsp. 1.339.313/RJ, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 21.10.2013 - Tema 565).*
10. *In casu, diante da constatação da prestação parcial das etapas do serviço de esgotamento sanitário, descabida a devolução dos valores pagos.*
11. *Ante o exposto, dá-se provimento ao Recurso Especial da Concessionária, a fim de julgar improcedentes os pedidos iniciais.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

12. Resta prejudicada a discussão quanto à prescrição e a ilegitimidade passiva. Invertem-se os ônus sucumbenciais, observada a Justiça gratuita deferida na origem.

13. Publique-se.

14. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 31 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR